RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: A PRIVATIZAÇÃO NA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS

RELATIONS BETWEEN PUBLIC AND PRIVATE IN BRAZILIAN EDUCATION: PRIVATIZATION IN POLICY FORMULATION AND IMPLEMENTATION

RELACIONES ENTRE LO PÚBLICO Y LO PRIVADO EN LA EDUCACIÓN BRASILEÑA: PRIVATIZACIÓN EN LA FORMULACIÓN E IMPLEMENTACIÓN DE POLÍTICAS

Maria Raquel Caetano[1]

RESUMO
O artigo analisa os processos e relações entre o público e o privado na educação brasileira nas últimas décadas. Nessa perspectiva, as fronteiras entre o público e o privado se reorganizam e se materializam das mais diferentes formas na educação básica pública, o que causa profundas implicações. O Estado continua sendo o responsável pela oferta, mas os processos educacionais são cada vez mais determinados por instituições que introduzem a lógica mercantil e gerencial. Os dados para a análise foram levantados através de análise documental, pesquisas já realizadas e sites. Os resultados apontam que, de um lado, a educação está a serviço do mercado, e de outro, há o esvaziamento da educação, como processo de construção coletiva, assim como há a forte influência de grupos privados na formulação de políticas e sua implementação, o que altera a proposta educacional de educação pública.
PALAVRAS-CHAVE: público; privado; mercado; educação; privatização.

ABSTRACT
This article analyzes the processes and relationships between the public and private sectors in Brazilian education in recent decades. The boundaries between public and private are being reorganized, materializing in various forms in public basic education, with profound implications. The State remains responsible for provision, but educational processes are increasingly determined by institutions that introduce a mercantile and managerial logic. The data were collected through document analysis, previous research, and websites. The results point to, on the one hand, education serving the market, and, on the other, the depletion of education as a process of collective construction and the strong influence of private groups in policymaking and implementation, altering the educational vision of public education.
KEYWORDS: public; private; market; education; privatization.

RESUMEN
Este artículo analiza los procesos y las relaciones entre los sectores público y privado en la educación brasileña en las últimas décadas. Las fronteras entre lo público y lo privado se están reorganizando, materializándose de diversas formas en la educación básica pública, con profundas implicaciones. El Estado sigue siendo responsable de la provisión, pero los procesos educativos están cada vez más determinados por instituciones que introducen una lógica mercantil y gerencial. Los datos se recopilaron mediante análisis de documentos, investigaciones previas y sitios web. Los resultados apuntan, por un lado, a una educación al servicio del mercado y, por otro, al agotamiento de la educación como proceso de construcción colectiva y a la fuerte influencia de los grupos privados en la formulación e implementación de políticas, lo que altera la visión educativa de la educación pública.
PALABRAS CLAVE: público; privado; mercado; educación; privatización.

[1] Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul), Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6973-908X.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 187-210, set./dez. 2025.
Recebido em: 14/09/2025 | Aceito em: 12/11/2024

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No contexto atual, o neoliberalismo busca sintetizar os modos de organização social que são considerados opostos e irreconciliáveis (estado e mercado) em uma narrativa compatível e convergente, a partir da qual podem derivar políticas de ajuste estrutural favoráveis ao mercado (Puello-Socarrás, 2008). Esses traços, característicos do estado neoliberal contemporâneo, pretendem dar continuidade à construção estratégica de uma sociedade de mercado que busca desvincular o público do Estado.

No entanto, é importante alertar para o fato de que as especificidades são diferentes das de dez ou vinte anos atrás, além de operar com particularidades nos sistemas nacionais. Nesse panorama, o neoliberalismo se apresenta enquanto uma estratégia de superação das sucessivas crises do sistema do capital, isto é, como uma dinâmica atualizada do desenvolvimento capitalista, com diferentes facetas que incorporam novas referências sem modificar seu conteúdo central, reinventando-se sempre.

Para isso, entretanto, o capital precisa se adaptar para que haja sua reconstituição e sua consolidação como projeto hegemônico. Isso, porque, após uma série de crises econômicas, ele precisa se reformular. Então, o ponto de referência são as leis do mercado.

Esses traços do estado neoliberal contemporâneo pretendem dar continuidade à construção estratégica de uma sociedade de mercado, a qual busca desvincular a noção de público do Estado, porque ela traz, como consequências, o avanço da privatização em todas as instâncias da vida e a redução dos direitos sociais à população. No campo educacional, a partir da reconfiguração do papel do Estado com a educação, há um deslocamento das responsabilidades do Estado para o mercado, o que compromete o fortalecimento da educação pública e a gestão democrática.

Tal modelo repercute a gestão gerencial. Nesse sentido, ela busca a redefinição do que é público ao trazer a lógica da empresa, que conta com a participação ativa do empresariado na definição, formulação e implementação das políticas públicas educacionais.

É nessa conjuntura que apresentamos as relações entre o público e o privado e a forma de atuação dos sujeitos individuais e coletivos a partir de Thompson (1981). Peroni, Caetano e Arelaro (2019) compreendem que se faz necessário considerar sujeitos individuais e coletivos na perspectiva de Thompson (1981), a partir de relações estruturadas em *classes* que ocorrem nas relações humanas e nas formações econômicas, históricas e culturais, com capacidade de percepção e articulação de interesses de alguns indivíduos contra outros, cujos interesses

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 187-210, set./dez. 2025.
Recebido em: 14/09/2025 | Aceito em: 12/11/2024

diferem dos seus. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (Thompson, 1987). Os sujeitos coletivos se tornam conscientes dos seus interesses comuns e desenvolvem formas apropriadas de organização e ação comuns. Isto é, são homens e mulheres que pensam e agem a partir de determinada realidade e, conforme diz Thompson, respondem, individualmente ou em grupo.

Para o autor, entender um processo histórico é buscar aprender, por meio das evidências históricas, como homens e mulheres agem e pensam dentro de determinadas condições. Neste artigo, entendemos que os sujeitos individuais e coletivos se movimentam e se agrupam em um projeto que busca a hegemonia.

Apresentamos, então, de que forma um movimento educacional organizado por empresários — que se constituem como sujeitos individuais e coletivos que buscam mais do que apenas apresentar propostas para a educação pública brasileira — atuam na formulação e implementação de políticas, ações e programas nas redes municipais e estaduais brasileiras. Esse movimento coordenado traz como implicações a abordagem gerencial e um apagamento da gestão democrática, tendo em vista o alcance das políticas: milhões de estudantes, professores, gestores, comunidade escolar que circulam diariamente pelas escolas brasileiras.

Para construirmos os argumentos que sustentam a tese principal do artigo, ele é dividido em sete seções, incluindo estas considerações iniciais. Na segunda seção, discorre-se sobre a metodologia utilizada para a concretização deste texto. Então, na terceira seção, estão dispostos os dados censitários da educação municipal e estadual brasileira, a fim de destacar a importância dessas redes e o público que circula diariamente nas escolas, relacionando ao interesse empresarial privado de alcançar esse público que passa a ser o alvo do que nomeamos de privatização da política educacional.

A partir da quarta seção, discorre-se a respeito da privatização da educação básica no Brasil. Nessa seção, aborda-se como a privatização da educação básica no Brasil se dá por meio de sistemas que embaralham as fronteiras entre o público e o privado.

Na quinta seção, então, o capítulo analisa como o empresariado têm assumido papéis centrais na formulação e execução de políticas educacionais, o que acaba por influenciar decisões que eram, antes, restritas ao Estado.

Na sequência, a sexta seção discute sobre como o empresariado, por meio de instituições privadas e financeiras, influencia a educação pública ao promover a lógica de mercado como solução para os desafios da gestão educacional. Por fim, então, estão dispostas

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 187-210, set./dez. 2025.
Recebido em: 14/09/2025 | Aceito em: 12/11/2024

as considerações finais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa que originou este artigo se caracterizou como bibliográfica, documental e buscou mapear as instituições privadas que incidem sobre a formulação e implementação de políticas educacionais no Brasil. Os dados da pesquisa se originaram de três movimentos distintos para a construção aqui apresentada.

Quanto ao primeiro movimento, ele foi realizado a partir do levantamento das publicações (artigos, dossiês, livros, teses e dissertações) nos repositórios da Capes e de grupos de pesquisa sobre a temática, entre eles: o Grupo de Pesquisa Relações entre o Público e o
Privado na educação (GPRPPE) da UFRGS.

Já o segundo movimento foi o mapeamento em sites e relatórios das instituições privadas que incidem na formulação da política educacional. Essas instituições, que influenciam na concepção/construção das políticas educacionais através de intervenções na agenda educacional, são: Todos pela Educação, Movimento pela Base Nacional Comum Curricular, Fundação Lemann. Quanto à implementação da política através de consultorias, projetos e ações com todo tipo de produtos, pode-se citar o Colabora Educação e Movimento Profissão Docente, além do Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna, Itaú Educação e Cultura, Instituto Reúna, Instituto Singularidades, Fundação Roberto Marinho.

Por fim, o terceiro movimento foi a análise de documentos da Reforma do Ensino Médio: a Lei 13.415/2017, de sites e relatórios do Todos pela Educação (2020-2025), do Movimento pela Base Colabora Educação e do Movimento Profissão Docente. Para análise de documentos utilizou-se a análise de conteúdos baseada em Franco (2018).

Neste artigo, deu-se destaque ao Todos pela Educação como uma rede que integra várias instituições privadas que se originaram a partir das demandas do Plano Nacional de Educação e das reformas educacionais em curso no país e no mundo, as quais criaram redes dentro de redes (Ball, 2014).

Além dos três movimentos que efetivamos para a escrita deste artigo, também utilizamos a revisão bibliográfica com autores que abordam o tema como Lima (2018, 2020), Peroni (2013), Rikowski (2017), Ball (2014).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 187-210, set./dez. 2025.
Recebido em: 14/09/2025 | Aceito em: 12/11/2024

Dito isso, a seguir apresentaremos os dados censitários que demonstram a importância de compreender o papel desempenhado pela rede pública de ensino na formação de crianças e adolescentes e, posteriormente, os eixos que passaram a interferir na educação pública: a privatização da educação, as instituições que atuam na formulação da política e as instituições que atuam na implementação na política educacional.

Dados sobre a Educação Básica Pública no Brasil

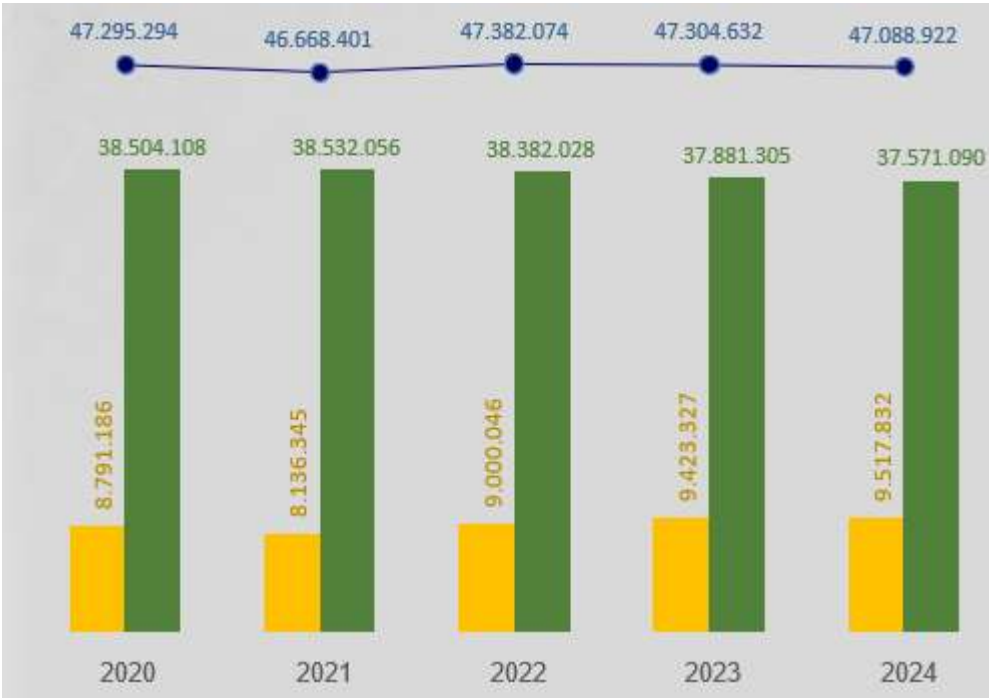
Para entender a relação entre o privado e o público, precisamos discutir sobre a importância da rede pública de educação para o ensino de crianças e jovens. Nesse sentido, o Estado brasileiro deve se constituir enquanto um importante garantidor do direito à educação. Além disso, na agenda da educação nacional, ele deve contribuir efetivamente na coordenação federativa da educação, sob as bases de um federalismo cooperativo como processo resultante e articulado ao Plano Nacional de Educação e ao regime de colaboração entre os entes federados, como previsto na Constituição Federal de 1988. De maneira sintética, quanto à organização da educação nacional, caberá à União organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios (Escolas Federais, Institutos Federais e Universidades).

Também, faz parte, das atribuições da União, a coordenação da política nacional de educação, de modo a articular os diferentes níveis e sistemas e a exercer função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais (Brasil, 1996). Os Estados deverão assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem (Brasil, 1996).

Os municípios devem oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o ensino fundamental. Também, é permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência (Brasil, 1996). Nesse sentido, é importante considerar a evolução de matrículas da educação básica no Brasil entre 2020 e 2024 por redes de ensino, isto é, o público e o privado.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 187-210, set./dez. 2025.
Recebido em: 14/09/2025 | Aceito em: 12/11/2024

FIGURA 1 - Gráfico de evolução de matrículas da educação básica no Brasil entre 2020 e 2024 por redes de ensino.



Fonte: INEP/ Censo Escolar (2024).

Podemos entender, a partir do gráfico acima, que a maioria dos estudantes brasileiros frequentam escolas públicas. Em 2024, são 47.088.922 estudantes matriculados no Brasil entre redes pública e privada. As matrículas de estudantes nas escolas públicas somam 35.571.090 na educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio)[2] e representam 80% dos estudantes que estudam nas escolas brasileiras.

Os dados trazidos aqui demonstram a importância das redes públicas para a educação de crianças e jovens. Ademais, podemos inferir que a educação básica passa a ser fundamental para os projetos de privatização da educação pública, pelo número de estudantes, escolas atendidas e pelo tamanho das redes públicas brasileiras, nas quais circulam milhões de estudantes, docentes, servidores e pais. Também percebemos que há um avanço sobre o financiamento da educação, que deveria ser exclusivamente para a escola pública.

A Privatização da Educação Básica no Brasil

A privatização é um processo que ocorre pela constituição de sistemas híbridos, nos

[2] A educação básica no Brasil é obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade e está composta pela educação infantil (dois anos), ensino fundamental (nove anos) e ensino médio (três anos).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 187-210, set./dez. 2025.
Recebido em: 14/09/2025 | Aceito em: 12/11/2024

quais as fronteiras entre os setores público e privado são, muitas vezes, imperceptíveis pela população. Contudo, isso pode ter grandes implicações, especialmente na educação.

Se a educação passou a ser uma ameaça à sociedade, somente as reformas na educação trariam um retorno à autoridade educacional, com a padronização curricular e programas altamente estruturados, entre eles, o sistema de apostilamento e a plataformização da educação, a avaliação em larga escala e a "abordagem gerencial nas instituições educacionais e em como as escolas devem ser administradas, financiadas e sujeitas a medidas de responsabilização" (Caetano, 2020, p. 38).

A privatização não significa a venda da educação e da escola pública para o capital privado, mas, sim, uma ampla e complexa diversidade de tendências concretizadas através de parcerias, de terceirização, de doação, de atuação de organizações sociais, entre outros (Lima, 2018). Dessa forma, adere-se às imposições da lógica do mercado em crescente mudança. Rikowski (2017) também contribui nesse sentido, para esse autor, "[...] na privatização na educação a propriedade permanece pública, mas envolve "a tomada de controle sobre a educação por parte das empresas" (Rikowski, 2017, p. 398).

Licínio Lima (2018, p. 133) chama de privatização *lato sensu,* ou seja, uma forma de privatização específica que se manifesta através da "transferência substantiva de modelos e conceitos do setor privado para organizações do setor público, numa tentativa de as tornar mais semelhantes a empresas". No caso brasileiro, as instituições permanecem financiadas e pertencentes ao Estado, mas passam a organizar sua atuação com base em processos, estratégias e valores gerenciais. É um tipo de privatização que não altera a natureza das instituições, mas transforma, bruscamente, sua forma de atuação.

Nesse sentido, a instituição pública passa a funcionar como empresa privada a partir de movimentos internos que modificam o sentido do que é público, isto é, uma espécie de concessão pública a instituições privadas, mas sem alterar sua natureza. A partir de Licínio Lima, podemos dizer que há uma impregnação empresarial na educação. Isso, nas palavras do pesquisador, quer dizer que:

> [...] nós estamos a embeber a educação e o educativo, as escolas, as universidades, de tudo aquilo que é, do ponto de vista até estereotipado, associado à firma, à empresa. A empresa é hoje vista como o arquétipo da organização racional, o arquétipo da boa administração; fora disso, tudo é irracional. O mercado, a empresa, a concorrência, a competitividade econômica, são elementos intrinsecamente associados a uma boa administração, ou gestão (Lima, 2018, p. 7).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 187-210, set./dez. 2025.
Recebido em: 14/09/2025 | Aceito em: 12/11/2024

As ações empresariais, no campo da educação, desenvolvem práticas que promovem a síntese entre interesse individual e interesse geral. Conforme Peroni e Caetano (2015), ela não

> [...] interfere nos interesses econômicos, nem se opõe ao Estado, ao contrário, ela atua através e com o Estado, modificando a cultura organizacional, fazendo com que o Estado aprenda com as 'qualidades' do setor privado: a flexibilidade, a inovação, a eficiência e a eficácia, ou seja, aprenda sua visão hegemônica de mundo (Peroni; Caetano, 2015, p. 347).

Essa hegemonia é abordada, a partir de Gramsci (1991), com o significado de organização do consenso. Ou seja, uma classe, ou fração de classe, no poder, torna-se efetivamente hegemônica a partir do momento em que consegue obter "[...] tanto por parte das classes aliadas, quanto por parte das classes subalternas, uma identificação destas com o seu projeto ideológico de dominação, sendo compartilhada como própria pelas demais classes" (Gramsci, 1991, p. 185).

Com a reorganização do processo produtivo, a formação escolar do trabalhador passa a ser o centro das reformas educativas, para o qual se requer novas qualificações e habilidades que lhe permita servir ao capital, com conhecimento suficiente para atender às demandas do novo processo produtivo e para controlar o conhecimento por quem domina economicamente e politicamente a sociedade. Torna-se relevante, então, no contexto anunciado, que haja o desenvolvimento da educação para a produtividade, isto é, para o ensino de conhecimentos úteis ao mercado, ao modelo econômico. No entanto, isso contradiz o que seria uma educação para a formação do sujeito na sua integralidade, com base científica e voltada para atuação crítica na sociedade.

O Estado cria ordenamentos políticos e jurídicos que favorecem tanto o envolvimento da sociedade civil, quanto a privatização de setores estratégicos, de modo a estimular e expandir o setor privado. Isso ocorre, por exemplo, através da renúncia fiscal, do repasse de dinheiro público através de convênios, parcerias, contratos de gestão ou de outras formas de favorecimento a essas instituições.

Nesse sentido, é importante destacar que a promoção da Reforma do Estado (Emenda Constitucional 19/1998), sua consequente Lei das Organizações Sociais (Lei 9.637/98) e a Lei das Parcerias Público-Privadas (Lei 11.079/2004) fornecem os instrumentos jurídicos para que as parcerias encontrem amparo legal e tentem se afirmar como legítimas (Gawryszewski *et al.*, 2017). Isso permite que instituições, como as do terceiro setor — OSs, institutos, fundações, associações que se apresentam como braços de investimento social de corporações

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 187-210, set./dez. 2025.
Recebido em: 14/09/2025 | Aceito em: 12/11/2024

—, ofereçam esse serviço através da terceirização, de parcerias, de contratos, de *vouchers* ou de outras variações, como já tem ocorrido no Brasil (Peroni, 2021; Adrião, 2022).

É nesse contexto que as fronteiras da relação entre o público e o privado na educação estão cada vez mais difusas. Isso, por consequência, reflete na tendência de priorização da lógica privatista na educação atualmente, isto é, na cultura da privatização na educação.

A Privatização da Política: Sujeitos do Setor Privado como Formuladores e Implementadores das Políticas Educativas

A consolidação de setores privados na educação tem avançado no Brasil e no mundo nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos 1990 do século XX, com as sucessivas reformas dos Estados nacionais, ainda que com características diferentes. Conforme Dale (2004), há a imposição de uma "Agenda Globalmente Estruturada para a Educação", adotada pelos sistemas educacionais em todo o mundo e a qual frequentemente tem sido promovida através dos interesses de agências internacionais de desenvolvimento e de instituições privadas com intervenções na formulação de políticas.

No contexto das propostas globais para a educação, Ball e Youdell (2008) abordam outras formas de participação do setor privado nos processos decisórios da política educacional, as quais eles chamam de privatização da política. Elas têm ocorrido ao longo das últimas décadas com a formação de redes globais e com a participação especial do setor privado (Ball, 2014).

Nesse contexto é que as políticas educativas se tornam cada vez mais globais, em vez de locais ou nacionais. Elas são caracterizadas também como reformas gerenciais na educação, em que o sistema educativo está a serviço da competividade econômica, de modo que é estruturado como mercado e deve ser gerido ao modo de empresas (Laval, 2019).

Na América Latina em particular, pesquisas tem demonstrado essa agenda materializada em redes de atuação articuladas por empresários, como é o caso da REDUCA-Rede Latino-Americana de Organizações da Sociedade Civil pela Educação, que atua na articulação e produção do consenso para a efetivação das reformas educacionais. Além disso, integram a rede, entre outros, o Todos pela Educação (Brasil), Educación 2020 (Chile), Proyecto Educar 2050 (Argentina) e Mexicanos Primero (México), com uma rede de empresários dispostos a financiar a organização de uma agenda comum, consensuada na rede, para ação política em seus países. Ou seja, eles "atuam coordenadamente num longo processo

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 187-210, set./dez. 2025.
Recebido em: 14/09/2025 | Aceito em: 12/11/2024

de reforma educacional em toda a América Latina" (Melgarejo; Silva, 2024, p. 10).

A intervenção na construção de políticas educacionais tem sido expandida a setores e instituições privadas e corporativas que ocorrem a partir da redução e de sucessivos cortes no "investimento do Estado na educação pública e dos ataques ideológicos à educação em diferentes contextos globais. Como resultado, a educação tornou-se um espaço para expandir a lógica de mercado e aumentar os lucros corporativos" (Tarlau; Moeller, 2020, p. 556).

Destacamos, em nossas pesquisas, como formuladores de políticas, o Todos pela Educação (TPE) e o Movimento pela Base (MPB). Isso porque eles têm, a frente, o empresariado nacional, "que reúne empresas que somam quase 80% do PIB nacional, fazem parte das quinze famílias mais ricas do Brasil, e têm como objetivo claro pesar decisivamente na correlação de forças em nossa sociedade" (Peroni; Caetano; Lima, 2017, p. 420).

O TPE se apresenta como um movimento da sociedade brasileira que tem, como propósito, um forte apelo de melhorar o país, a fim de impulsionar a qualidade e a equidade da educação básica a partir da bandeira do direito à qualidade da educação. Ele surge como um movimento:

> [...] apartidário e plural, congrega representantes de diferentes setores da sociedade, como gestores públicos, educadores, pais, alunos, pesquisadores, profissionais de imprensa, empresários e as pessoas ou organizações sociais que são comprometidas com a garantia do direito a uma educação de qualidade para todos (Caetano, 2018, p. 162).

Atualmente, conforme o site, eles se apresentam como uma organização independente, que faz *advocacy*[3] pela Educação Básica no Brasil, cujo foco é atuar para que o poder público formule e implemente políticas públicas educacionais de maneira mais efetiva. Em suas palavras: "Somos financiados unicamente por doações voluntárias de pessoas e organizações" (Todos pela Educação, 2025a).

Evangelista e Leher (2012, p. 7) ao abordar o TPE e citarem o Itaú Unibanco *Holding*, a época, argumentaram que "a dispersão dos esforços impedia uma intervenção 'de classe' na

[3] Considera-se como *advocacy* "[...] um conjunto de atividades estrategicamente coordenadas que objetivam defender os interesses de uma causa e promover mudanças de opiniões e conceitos por intermédio do engajamento de atores públicos e privados em prol de um objetivo em comum" (Silva, 2017, p. 414). Isso permite afirmar que *advocacy* implica uma ação social, estratégica e sistematicamente planejada, com vistas a influenciar opiniões dos tomadores de decisão, principalmente de políticas públicas com o intuito de potencializar esforços por meio da cooperação, a fim de obter mais eficácia, eficiência e efetividade em composição de redes. Contudo, há que se considerar que essa ação pode representar os pontos de vista de um único grupo, seus interesses e demandas de sua própria agenda, organizada, formal ou informalmente, com o objetivo de exercer pressão sobre uma determinada política pública e, assim, influenciar seus resultados e consolidar novos mercado (Rodrigues, 2020).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 187-210, set./dez. 2025.
Recebido em: 14/09/2025 | Aceito em: 12/11/2024

educação pública, objetivo altamente estratégico, pois envolve a socialização de mais de 50 milhões de jovens, a base da força de trabalho dos próximos anos". Portanto, as ações deveriam ser direcionadas a um grande projeto com adesão das empresas que tinham suas ações mais dispersas em ações coordenadas.

Vários autores pesquisaram o TPE (Martins, 2013; Rossi; Bernardi; Uczak, 2017; Vieira; Lamosa, 2020) e abordaram a participação do empresariado no movimento e também o quanto ele incide sobre a formulação da política educacional. No caso deste artigo, contudo, abordaremos como eles se organizam para influenciar, formular e implementar as políticas educacionais em conjunto com outras instituições, as quais são denominadas de institutos e fundações — que se organizam e pautam a educação. Não é objetivo do texto historicizar o TPE, mas, sim, apresentar argumentos de como se ele organiza enquanto sujeitos individuais e coletivos para formar consensos em um mesmo projeto de classe, a do empresariado. Para isso, utilizaremos as quatro dimensões da organização das quais se destaca o *advocacy*.

Segundo o próprio TPE, suas ações são organizadas em três grandes pilares e têm como objetivo impactar quatro dimensões específicas: priorização política da Educação, formulação das políticas públicas, qualidade da implementação e sustentação dessas políticas ao longo do tempo, o que chamam de "o jeito todos de fazer *advocacy*". Essas ações de incidirem na construção de políticas se dá a partir de posicionamentos, notas técnicas e incidência nos debates no Senado Federal e Câmara de deputados, que, segundo o TPE, é parte essencial do trabalho de *advocacy.* Outro dado importante é o poder de *financiamento* para as ações planejadas.

O TPE tem operado nos últimos anos em várias políticas fundamentais[4] para a educação pública, como ele destaca no site.

QUADRO 1 – Atuação do TPE nas políticas educacionais.

2007	Criação do Ideb – índice de Desenvolvimento da Educação Básica
2009	Efetivação da EC/59 – Obrigatoriedade da matrícula dos 4 a 17 anos
2012	Criação da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)
2014	Incidência direta em 53 emendas do Plano Nacional de Educação (PNE)
2018	Lançamento da Agenda Educação Já
2020	Efetivação do Novo Fundeb: permanente, maior e mais justo
2024	Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial de Professores (DCNs), Aprovação da reestruturação do Novo Ensino Médio, Diretrizes para a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância
2025	Programa "Mais Professores para o Brasil" Prova Nacional Docente, Decreto da Política Nacional

[4] Embora não esteja elencado pelo TPE, o Movimento pela Base e a construção de um currículo comum no Brasil também fazem parte das ações dele.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 187-210, set./dez. 2025.
Recebido em: 14/09/2025 | Aceito em: 12/11/2024

	Integrada para a Primeira Infância.

Fonte: Todos pela Educação, 2025b.

Como podemos evidenciar a partir do quadro acima, são políticas que tem o objetivo de alterar a educação brasileira com atuação no Plano Nacional de Educação, IDEB, FUNDEB, da Primeira Infância até o Novo Ensino Médio e Prova Nacional docente, e que abarcam toda educação básica. Com esses dados, podemos dizer que estão presentes nas grandes políticas educacionais do país.

Em relação à articulação de coalizões, são cerca de 40 instituições que compartilham os mesmos objetivos, para que haja uma atuação mais coordenada junto ao poder público, a fim de aumentar o impacto coletivo de ações individuais (TPE,2025). Destacam-se, na coalizão, o Instituto Unibanco, a Fundação Lemann, a Fundação Itaú Social, Centro Lemann e Colabora Educação (Todos pela Educação, 2025a).

No quadro abaixo, apresentamos as propostas/programas e as instituições envolvidas, conforme o site do Todos pela Educação.

QUADRO 2 – Programa Viabilidade de avanços em escalas:

Proposta	**Descrição**	**Instituições envolvidas**
Governança	Fortalecimento da governança nacional da educação básica	Todos pela Educação e Colabora Educação
Gestão dos Sistemas educacionais	Modernização da gestão dos órgãos da administração pública educacional	Instituto Unibanco, Fundação Lemann, Centro Lemann e Itaú Social
Financiamento	Implantação de um sistema mais distributivo e indutor de igualdade	Todos pela Educação

Fonte: Todos pela Educação, 2025b.

QUADRO 3 – Programa Fatores Escolares essenciais

Proposta	**Descrição**	**Instituições envolvidas**
Professores	Fortalecimento da profissão docente	Instituto Península, Profissão Docente, Fundação Lemann, Todos pela Educação, Fundação Telefônica/Vivo, Instituto Natura, Itaú Social, Instituto Unibanco.
Gestão	Profissionalização da gestão escolar	Instituto Unibanco, Centro Lemann.
Políticas pedagógicas	Implementação dos currículos alinhados a BNCC	Reúna, Fundação Lemann, Movimento pela Base, Instituto Ayrton Senna

Fonte: Todos pela Educação, 2025b.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 187-210, set./dez. 2025.
Recebido em: 14/09/2025 | Aceito em: 12/11/2024

QUADRO 4 – Programa Caminhos especificos por ciclos

Proposta	Descrição	Instituições envolvidas
Primeira Infância	Educação infantil de qualidade articulada a um atendimento integral	Fundação Maria Cecilia Vidigal, Todos pela Educação, Fundação Bracell, CIEB, Todos pela Educação
Alfabetização	Colaboração entre estados e municípios para a melhoria da alfabetização	Instituto Natura, Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna
Anos Finais	Construção de uma nova proposta de escola para os anos finais do ensino fundamental	Instituto Natura, Fundação Lemann, Reúna, Itaú Social, Instituto Sonho Grande.
Ensino Médio	Implementação de mudanças estruturais no Ensino Médio	Instituto Unibanco, Instituto Natura, Fundação Lemann, Itaú Educação e Trabalho, Fundação Roberto Marinho, Reúna, Movimento pela Base, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Sonho Grande

Fonte: Todos pela Educação, 2025b.

Embora não apareça nos quadros acima, o Todos pela Educação apoiou o Movimento pela Base (MPB), que se organizou a partir de 2014. Segundo o MPB, eles contribuem com a construção de políticas estruturantes para a educação brasileira. Nesse caso, na reestruturação do currículo nacional (Base Nacional Comum Curricular-BNCC). O TPE integra o movimento como parceiro, além de outros sujeitos coletivos, como Instituto Unibanco, Itaú e Trabalho, Fundação Roberto Marinho, Fundação Lemann, Instituto Natura, Instituto Reúna, Instituto Ayrton Senna, Oi Futuro, Movimento Colabora, entre outros.

Até aqui, diagnosticamos, com base no material analisado, que existe uma organização muito orgânica em relação à formulação e implementação das políticas educacionais. No caso da BNCC do Ensino Médio, o próprio site do MPB informa que foram investidos, pelo Ministério da Educação (MEC), 2,7 bilhões para a implementação do Novo Ensino Médio (Movimento pela Base, 2025).

Nesse sentido, o MEC repassa o financiamento aos estados para a implementação da BNCC e os estados se articulam, através do Consed, para contratar as consultorias, normalmente oferecida por esses institutos e fundações. Isso, contudo, significa que a discussão sobre o currículo deixa de ser realizada com a comunidade escolar e passa a ser privada e padronizada.

Muitos desses sujeitos se desdobram em outros grupos, como, por exemplo, o Colabora Educação, formado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no Brasil, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Fundação Itaú Social, Movimento Todos pela Educação, Fundação Lemann, Instituto Positivo e Instituto Ayrton Senna. Tem-se, como um dos principais objetivos, fortalecer e desenvolver o regime de colaboração, os planos de

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 187-210, set./dez. 2025.
Recebido em: 14/09/2025 | Aceito em: 12/11/2024

educação, nas três esferas de governo. Em sua tese de doutorado, Rodrigo Rodrigues (2020, p. 25), ao pesquisar o Movimento Colabora Educação, apresentou o movimento como:

> [...] ator social de interesse empresarial, que se estabelece em rede estratégica de ação social para atuar em políticas educacionais interfederativas, velado sob ações sociais do terceiro setor de interesse empresarial, de modo a induzir modelos de gestão para implementar seu próprio modelo de regime de colaboração e o Sistema Nacional de Educação.

Para compreender o papel dos empresários no cenário educacional brasileiro, é preciso considerar o contexto de disputa hegemônica e da luta de classes. Por isso, há o forte apelo à construção de consensos entre pares e na sociedade, o que tem o forte apoio da mídia hegemônica brasileira.

Essas instituições criam o que Ball e Olmedo (2013, p. 41) denominam de "redes dentro de redes". Nas redes, existem funções distintas. Aqueles que estimulam a participação da iniciativa privada envolvimento e fomento de ações conjuntas com propósito comum. Há o sistema operacional que investe recursos financeiro nos projetos e há quem investe experiência e competências técnicas na divulgação do que chamam de boas práticas. Portanto, na rede, há os articuladores, os financiadores e os consultores.

Em cada nova agenda educacional, sujeitos privados se organizam para pautá-la, como é o caso do Colabora Educação, com o regime de colaboração, e do Profissão Docente[5], que passa a incidir sobre as políticas de Formação docente, estágios, formação continuada, carreira e seleção de profissionais.

O Movimento Profissão Docente está direcionado para o aperfeiçoamento das políticas docentes e como implementá-las. Para tal, utiliza-se do mesmo *modus operandi* das demais instituições: produção de conhecimento, estudo de *benchmarks*, construção de bases de conhecimentos, imersão e troca de experiências com cases de sucesso e formação de grupos de trabalho com especialistas nas pautas de formação e carreira docente. O entendimento é de que, além da construção de políticas, é necessário apoiar efetivamente as redes de educação e ajudá-las a implementar iniciativas de impacto. O movimento ganha força a partir da coalizão de grandes organizações como: Instituto Península, Fundação Lemann, Itaú Social, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Todos pela Educação, Fundação Telefônica/Vivo e FLUPP.

Até aqui, constatamos que, para cada proposta de política que busca direcionar a educação, há um grupo ligado ao TPE disposto a implementá-la, de modo a intervir na

[5] Ver: https://www.profissaodocente.org.br/

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 187-210, set./dez. 2025.
Recebido em: 14/09/2025 | Aceito em: 12/11/2024

educação pública, e o qual se utiliza do mesmo padrão para se organizar. Na prática, busca-se modificar a gestão pública, promover seus negócios e empresas, terceirizar a atividade pública e, supostamente, trazer conhecimento técnico — haja vista que a atividade pública deve ser desvinculada da atividade política, conforme os empresários. Assim, "[...] a importância dada pelas lideranças empresariais a educação decorre do fato dela ser considerado essencial para o aumento da competitividade econômica nacional e para a melhoria das condições de inserção do país na nova ordem mundial" (Beghin, 2005, p. 56).

Para influenciar a construção de políticas, essas instituições usam seus recursos econômicos para patrocinar a produção de conhecimento, através de relatórios e pesquisas, e de informações relevantes, por meio de seminários, tradução de documentos internacionais, patrocínio de relatórios de pesquisa e convites a especialistas internacionais para falar sobre suas experiências. Além disso, os formuladores de políticas educacionais constroem uma rede de políticos proeminentes e "especialistas respeitados na educação" com um viés "apartidário" para criar consensos. Por outro lado, o apoio da mídia, para influenciar a opinião pública nas agendas, é fundamental.

Ao mesmo tempo que o Todos pela Educação influencia na formulação da própria política educacional, ele busca, através de sua coalizão (como apresentamos nos Quadros 2, 3 e 4), implementar as mesmas políticas, para garantir o controle do que será implementado. É o caso do Novo Ensino Médio, o qual usaremos como exemplo.

A Reforma do Ensino Médio, convertida na Lei nº 13.415/2017, contou com a participação direta institutos e fundações empresariais, tanto na elaboração da política, quanto na sua implementação (Caetano, 2025). Como política voltada para o Ensino Médio, a responsabilidade da oferta e operacionalização passa a ser dos Estados. A implementação ocorreu em todas as 27 secretarias de educação com o apoio e articulação do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (CONSED). Conforme Cassio e Novaes (2023, p. 4–5),

> o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), ator relevante funcionou como plataforma de articulação das 27 secretarias de educação e de diversos atores privados (organizações e pessoas físicas), promovendo uma rede de articulação em torno da construção da arquitetura curricular do NEM nas redes estaduais, numa relação heterárquica envolvendo a burocracia das redes estaduais e agentes privados interessados na implementação.

O Consed atuou para promover encontros, produzir pesquisas, planos de ação e

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 187-210, set./dez. 2025.
Recebido em: 14/09/2025 | Aceito em: 12/11/2024

produtos de comunicação, em parceria com agentes privados como Instituto Unibanco, Itaú BBA, Oi Futuro, Instituto Natura, Movimento pela Base, Instituto Sonho Grande, Fundação Telefônica e Instituto Reúna (Goulart; Moimaz, 2021). O Instituto Reúna atuou na formação de professores, em ao menos 12 estados, por meio da plataforma "Nosso Ensino Médio", em parceria com Instituto Reúna, Instituto Iungo, Itaú Educação e Trabalho e com a participação de membros do Consed (Cassio; Novaes, 2023, p. 5), Fundação Telefônica Vivo e os institutos Natura e Sonho Grande — os dois últimos diretamente envolvidos na implementação do NEM nas redes estaduais.

No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, identificamos, nas conexões: a Fundação Lemann, o Instituto Unibanco, Instituto Singularidades, Associação Bem Comum, Instituto Península, Instituto Ayrton Senna, Itaú Educação e Trabalho, Fundação Vivo, com protagonismo da Fundação Lemann e Instituto Unibanco. Dessa forma, constrói-se o "[...] controle político e ideológico da escola e garantem as suas funções clássicas: exclusão e subordinação" (Freitas, 2014, p. 54) da classe trabalhadora.

Gerencialismo Educacional e Repercussões na Educação Pública

Tendo em vista a hegemonia do empresariado, apesar da resistência dos educadores e das instituições de pesquisas, é importante destacar que ele se apresenta através de instituições privadas que atuam no setor educacional, institutos e fundações ligados a grandes empresas nacionais e internacionais, bem como através de instituições financeiras ligadas ao mercado de capitais, com vistas à construção de um projeto hegemônico de educação e de sociedade (Peroni; Caetano; Lima, 2017, p. 418). Para eles, a apontada ineficiência do padrão de gestão vigente na educação pode ser salva com os mecanismos de gestão da esfera privada, os quais são reconhecidos como capazes de responder à necessidade de melhoria dos índices educacionais e, ao mesmo tempo, de não aumentar os gastos do Estado. Ou seja, é preciso inserir, na educação, a lógica do mercado.

Para Torquato *et al*. (2024, p. 201), as "avaliações externas têm sido definidoras da qualidade educacional, no qual há uma responsabilização forte de professores pelas performances de seus estudantes nos resultados dos testes em âmbito local e/ou nacional". No Brasil, temos o caso do IDEB, SAEB, avaliações estaduais e, a nível internacional, o PISA. Eles passam a ser a referência para a qualidade da educação.

Nós discordamos dessa premissa, pois isso desconsidera os condicionantes intra e

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 187-210, set./dez. 2025.
Recebido em: 14/09/2025 | Aceito em: 12/11/2024

extraescolares. Isto é, as avaliações se tornam instrumento de regulação, seleção, classificação, de incentivos e de distribuição de recursos financeiros — os quais estão alinhados a indicadores que valorizam as performances dos sistemas de ensino (Torquato *et al.*, 2024, p. 202). Isso "É fetichização dos números na fabricação de resultados que estão longe de traduzir as melhorias reais" (Dardot; Laval, 2016).

Essa forma de compreender qualidade da educação desqualifica o processo pedagógico, além de ser uma justificativa para a implantação de políticas de bonificação e meritocracia tanto em escolas, quanto para os professores e estudantes. Isso, entretanto, serve ideologicamente ao empresariado.

Luis Carlos Freitas faz algumas advertências sobre não podermos "aliar a necessária flexibilidade da luta política a uma confusão ideológica originada por uma suposta falta de referência" (Freitas, 2005, p. 141). Segundo o autor:

> [...] várias bandeiras de luta progressistas estão sendo levantadas pela "nova direita", como se tivéssemos, todos, uma identidade ideológica; como se pudéssemos apagar os projetos históricos e caminharmos todos juntos num "esforço coletivo pela educação" (Freitas, 2005, p. 141).

Assim, no vocabulário dos projetos do empresariado foram incorporados termos como igualdade/desigualdade, inclusão/exclusão, qualidade, relações étnico-raciais, entre outros. Dessa forma, esses vocábulos acabam por encobrir o verdadeiro sentido do que eles esperam da educação: avaliação por resultados, *accountabillity*, premiação, meritocracia e individualismo — o que se sobrepõe às pautas coletivas. Portanto, apropriam-se das pautas progressistas para organizar consensos em relação aos seus projetos.

O gerencialismo no campo educacional, pautado no redimensionamento da administração pública com a reforma gerencial do Estado brasileiro dos anos de 1990, adotou o modelo gerencial de gestão que busca imprimir no espaço público, a lógica empresarial. Para isso, atribui-se, aos cidadãos, definidos como usuários dos serviços públicos, o papel de clientes e, ao gestor, o papel de gerente. Medeiros e Rodrigues (2014, p. 233) contribuem para essa discussão ao dizerem que, "no âmbito da escola pública, especificamente, tal modelo repercute como expressão de um processo acelerado de modernização, que conta com a participação ativa do empresariado na definição e execução das políticas públicas". Nesse sentido, é fundamental destacar que o gerencialismo se constitui como braço operacional do

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 187-210, set./dez. 2025.
Recebido em: 14/09/2025 | Aceito em: 12/11/2024

neoliberalismo (Abdala, 2022), e é parte da redefinição do papel do Estado, pois contribui para a privatização na educação.

O gerencialismo é instrumental a um projeto educacional centrado no controle do currículo, controle da gestão, controle dos resultados, controle do trabalho docente e controle dos estudantes. Ele executa diversos mecanismos político-ideológicos para o controle educacional, como: a construção de material didático, a plataformização, padronização, premiação, meritocracia, individualismo, bolsas, avaliações em escala. Segundo Laval, esse novo "gerencialismo constitui um sistema de razões operacionais que busca ser o portador do significado da instituição pelo simples fato de que tudo parece ter de ser racionalizado segundo o cálculo das competências e a mensuração dos desempenhos" (Laval, 2019, p. 198).

Para acompanhar e controlar a gestão e o trabalho das escolas, foram adotadas diretrizes operacionalizadas pela Nova Gestão Pública, expressas em instrumentos de *accountability* (metas, indicadores, contratos de gestão) que possibilitam cobranças de resultados do gestor e acompanhamento das políticas públicas pela sociedade. Pierre Dardot e Christian Laval (2016) afirmam que "a nova gestão pública possui duas dimensões: ela introduz modos de controle mais refinados, que fazem parte de uma racionalização burocrática mais sofisticada e embaralha as missões do serviço público, alinhando-as formalmente a uma produção do setor privado" (Dardot; Laval, 2016, p. 37).

Além disso, também fazem parte desse modelo de controle, as plataformas digitais que modificam o controle sobre os resultados escolares e passa a ser exercido pelas tecnologias digitais. Perde-se, dessa forma, o trabalho de reflexão com as escolas sobre os resultados do processo de ensino e aprendizagem e a busca de ações para sua melhoria.

Esse modelo de gestão tem, como características, a adoção de metas e indicadores para orientar políticas públicas, "mecanismos de contratualização, a partir dos quais os atores envolvidos seriam cobrados, premiados, punidos"; aferição de desempenho, publicização dos resultados, responsabilização dos profissionais, como parte de sistemas de *accountability* (Segatto; Abrucio, 2017, p. 87).

Portanto, à medida que as instituições ligadas ao empresariado, como o Todos pela Educação, instituem, na concepção de seus projetos e programas a serem implementados nas redes municipais e estaduais do Brasil, princípios da administração gerencial, não falamos mais do discurso proferido na mídia sobre qualidade, equidade, inclusão, mas, sim, de estratégias conhecidas pelo "setor empresarial e por seus intelectuais: meritocracia, contratualização, premiação, produtividade, competitividade, práticas de *accountability,* a

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 187-210, set./dez. 2025.
Recebido em: 14/09/2025 | Aceito em: 12/11/2024

partir do tripé: avaliação, prestação de contas e responsabilização" (Santos; Torquatto; Leite 2023, p. 5) —como é demonstrado nos casos da educação no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, entre outros. Essas são formas de maximização do controle gerencial, dos processos e dos resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo, procuramos construir argumentos que indicassem que a educação pública brasileira que reúne quase 50 milhões de pessoas nas escolas e nos setores educacionais, é o alvo dos empresários ligados ao grande capital. Para concretizar esse ataque, há a produção de consensos em torno da formulação das políticas educacionais e de sua implementação, a fim de garantir que elas serão executadas nos estados e municípios através do acompanhamento e avaliação. Isso, entretanto, caracteriza-se como controle da educação.

Quanto ao exemplo do Todos pela Educação — o qual não é uma novidade, pois está publicizado nos seus documentos e site —, eles afirmam que possuem prioridades em relação à formulação e construção de políticas que alcançam toda educação básica. Portanto, podemos dizer que essa organização se tornou hegemônica com um projeto classista do empresariado para a educação brasileira.

Ao mesmo tempo, os discursos de qualidade, equidade e inclusão foram incorporados às pautas dessa organização. Entretanto, quando analisamos as instituições que implementam os diferentes projetos, constatamos que são programas gerenciais para a gestão, formação de professores e de currículo, e que se utilizam da meritocracia, da avaliação, premiação. Tudo isso ligado à administração de empresas ou às empresas privadas que não trabalham com educação na sua gênese.

Outro dado a considerar neste artigo é a organicidade das instituições que fazem frente à formulação das políticas. Ao trazermos exemplos sobre o Movimento pela Base, a Reforma do Ensino Médio e a Formação Docente, percebemos que muitas das instituições que estão no Todos pela Educação estão também na implementação dessas políticas, tornando-se intelectuais orgânicos do capital para com o que é público. Isto é, há uma impregnação empresarial na educação (Lima, 2018).

Freitas nos ajuda a concluir este texto quando afirma que "Não é possível estarmos 'todos juntos pela educação', quando os interesses hegemônicos dos empresários reduzem a educação a produzir o trabalhador que está sendo esperado na porta das empresas. A educação

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 187-210, set./dez. 2025.
Recebido em: 14/09/2025 | Aceito em: 12/11/2024

de qualidade tem que ser mais que isso" (Freitas, 2012, p. 357). Ou seja, é urgente que sejam retomados os princípios da gestão democrática na educação e nas escolas, com gestão pública, conteúdo público e, também, com a ampla participação da comunidade escolar, para que possamos pensar na formação humana integral dos estudantes da classe trabalhadora que utiliza todos os dias a escola pública.

O processo de hegemonia que marca o Todos Pela Educação, que pode ser visto, então, como um movimento estratégico do empresariado, contribui para a legitimação da cultura empresarial nas políticas educacionais. Em consequência, a educação como um direito passa a ser vista como um serviço cujo parâmetro de qualidade passa a ser o mercado.

Ao finalizar este artigo, retomamos Thompson (1987, p. 10), que menciona que "A consciência de classe é a forma como as experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais". Isso porque a educação pública precisa tornar consciente os interesses da classe trabalhadora e, para isso, é necessário que existam formas apropriadas de resistência e de organização e, também, ações comuns para poder responder coletivamente à investida perversa dos interesses privados na educação e escola pública.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Paulo Ricardo Zilio. **GPRPPE Convida - Reformas Continuadas na Administração Pública**. Youtube. Publicado pelo canal *GPRPPE-UFRGS*, [*S. l.*], 25 ago. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hbUXGukrDc0&t=3833s. Acesso em: 20 jul. 2025.

ADRIÃO, Theresa. **Dimensões da privatização da Educação Básica no Brasil:** um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990. 1. ed. Brasília: ANPAE, 2022. Disponível em: https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/LIVROS-2022/DialogosComProducaoAcademica-2022.pdf. Acesso em: 30 jul. 2025.

AFONSO, Almerindo Janela. Novos caminhos para a sociologia: tecnologias em educação e accountability digital. **Educação & Sociedade**, [*S. l.*], v. 42, e250099, 2021.

BALL, Stephen; OLMEDO, Antônio. A Nova Filantropia, o Capitalismo Social e as Redes de Políticas Globais em Educação. *In*: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). **Redefinições das Fronteiras entre o Público e o Privado**: implicações para a democratização da educação. Brasília: Líber Livro, 2013. pp. 33–47.

BALL, Stephen. **Educação Global S.A**. Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 187-210, set./dez. 2025.

Recebido em: 14/09/2025 | Aceito em: 12/11/2024

BALL, Stephen; YOUDELL, D**. La privatización encubierta en la educación pública**. Instituto de Educación, Universidad de Londres, 2008.

BEGHIN, Nathalie. **A filantropia empresarial:** nem caridade, nem direito. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996**. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

CAETANO, Maria Raquel. A educação no contexto de crise do capital e as relações entre estado, mercado e terceiro setor nas políticas educacionais. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 4, n. 2, p. 153–168, maio-ago. 2018.

CAETANO, Maria Raquel. Reformas Educativas globais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Revista Textura — Revista de Educação e Letras**, [*S. l.*], v. 22, n. 50, 2020. Disponível em: http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/5397. Acesso em:15 jul.2024.

CAETANO, Maria Raquel. Reformas educacionais e gerencialismo: repercussões na educação pública. **Revista Cocar**, [*S. l.*], n. 37, 2025. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/10592. Acesso em: 7 set. 2025.

CASSIO, Fernando; NOVAES, Thais Andrea Furigo. Mobilidade de políticas no estado federativo: a implementação do novo ensino médio nas redes estaduais. *In*: Reunião Nacional da ANPEd, 41ª, 2023, Manaus. **Anais** [...]. Manaus: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), 2023. ISSN: 2447-2808.
Disponível em https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_39_36. Acesso em: 5 de set. 2025.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma "Cultura Educacional Mundial Comum" ou localizando uma "Agenda Globalmente Estruturada para a Educação"? **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. Estatísticas Censo Escolar. **Consulta Matrícula**, Brasília, 2024. Disponível em: https://anonymousdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Portal. Acesso em: 09 jun. 2025.

EVANGELISTA. Olinda; LEHER, Roberto. Todos pela educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **Revista Trabalho Necessário**, [*S. l.*], ano 10, n. 15, 2012. Disponível em: https://sintrasem.org.br/sites/default/files/tn1519_artigo_roberto_leher_e_olinda_evangelista.pdf. Acesso em: 1 set. 2025.

FRANCO, Maria Lucia. **Análise de Conteúdo**. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados. 2018. 87 p.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 187-210, set./dez. 2025.
Recebido em: 14/09/2025 | Aceito em: 12/11/2024

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática**. 7. ed. Campinas-SP: Papirus, 2005.

FREITAS. Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os empresários e a política educacional: como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais. **Germinal**, Salvador, v. 1, n. 6, p. 49–59, jun. 2014. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12594. Acesso em: 12 ago. 2025.

GOULART. Débora Cristina; MOIMAZ. Rodolfo Soares. O Currículo Paulista Etapa Ensino Médio: educação pública, interesses empresariais e implicações. **Pensata**, [*S. l.*], v. 10, n. 1, 2021. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/12618. Acesso em: 1 set. 2025.

GAWRYSZEWSKI. Bruno; MOTTA. Vânia Cardoso da; PUTZKE. Camila Kipper. Gestão privada de escolas públicas da Educação Básica: um novo mercado sob a tutela do Estado. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, p. 728-748, set./dez. 2017.

GRAMSCI. Antônio. **Concepção dialética da história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.341 p.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LIMA. Licínio. Privatização lato sensu e impregnação empresarial na gestão da educação pública. **Currículo sem Fronteiras**, [*S. l.*], v. 18, n. 1, p. 129–144, jan./abr. 2018.

MARTINS. Érika Moreira. **Movimento "Todos pela Educação":** um projeto de nação para a educação brasileira. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2013.

MEDEIROS, Sonayra da Silva; RODRIGUES, Melânia Mendonça. O gerencialismo, reforma do Estado e da educação no Brasil. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 48, n. 34, p. 216-240, jan./abr. 2014.

MELGAREJO, Mariano Moura; SILVA, Mariléia Maria da. A REDUCA como semeadora de consensos na América Latina: avaliação, padronização e subordinação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 40, e94040, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1984-0411.94040

MOVIMENTO PELA BASE. Como Atuamos. BNCC em números. **Movimento Pela Base**, [*S. l.*], 2025. Disponível em: https://movimentopelabase.org.br/como-atuamos/#bncc-em-numeros. Acesso em: 1 de set. 2025.

PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). **Redefinições das Fronteiras entre o Público e o Privado**: implicações para a democratização da educação. Brasília: Liber Livro, 2013.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 187-210, set./dez. 2025.
Recebido em: 14/09/2025 | Aceito em: 12/11/2024

PERONI, Vera (org). Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e na América Latina. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2021.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel. O público e o privado na educação Projetos em disputa? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 17, p. 337–352, jul./dez. 2015.

PERONI, Vera; CAETANO, Maria Raquel; LIMA, Paula de. Reformas educacionais de hoje as implicações para a democracia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 415-432, jul./dez. 2017. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/261793. Acesso em: 4 ago. 2025.

PERONI, Vera Maria Vidal, CAETANO. Maria Raquel, ARELARO. Lisete Regina Gomes. BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação? **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 35, n. 1, jan./abr. 2019. Disponivel em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2447-41932019000100035&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 29 jul. 2025.

PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. **Nueva gramática del Nel-liberalismo**. Itinerarios teoricos, trayectorias intelectuales, claves ideologicas. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales, 2008.

RIKOWSKI, Glenn. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Retratos da Escola**, [*S. l.*], v. 11, n. 21, p. 393–414, 2017 Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/810/pdf. Acesso em: 30 jul. 2025.

RODRIGUES, Rodrigo Ferreira. **A ação social do "movimento colabora educação" em políticas educacionais interfederativas**. 230 f. 2020. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, 2020.

ROSSI, Alexandre José; BERNARDI, Liane Maria; UCZAK, Lucia Hugo. Relações entre Estado e empresários no PDE/PAR: algumas contradições na política educacional brasileira. **RBPAE - Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 33, n. 2, p. 355-376, mai./ago. 2017.

SANTOS, Karla de Oliveira; TORQUATO, Cristina Maria da Silva; LEITE, Valderlani Vieira. Políticas públicas para a Educação Básica, Diversidade Étnico-racial e Legislação Educacional. *In*: Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, XVII, n. 1, set. 2023. **Anais** [...]. Disponível em: https://coloquioeducon.com/org_trabalhos/adm/exportar_trabalho_pdf.php?id_trabalho=38. Acesso em: 24 jul. 2025

SEGATTO, Catarina Ianni; ABRUCIO, Fernando Luiz. A gestão por resultados na educação em quatro estados brasileiros. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 68, n. 1, p. 85–106, jan./mar. 2017.

TARLAU. Rebecca; MOELLER, Kathryn. O consenso por filantropia: Como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 2, p. 553-603, maio/ago. 2020.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 187-210, set./dez. 2025.
Recebido em: 14/09/2025 | Aceito em: 12/11/2024

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Articulação de coalizões. **Todos Pela Educação**, [*S. l.*], 2025a. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/advocacy-pela-educacao/#articulacao-de-coalizoes. Acesso em: 3 de set. 2025, 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Quem somos. **Todos Pela Educação**, [*S. l.*], 2025b. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/sobre/#. Acesso em: 3 de set, 2025.

THOMPSON, Edward. Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Trad. de Denise Bottmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TORQUATO. Cristina Maria da Silva; SILVA. Vitória Gomes da**;** LIMA. Érika Dias; SANTOS. Karla de Oliveira**.** Gerencialismo, avaliações externas e bonificações por resultados: o tripé da educação alagoana. *In*: Colóquio de Política e Gestão da Educação, V, [*S. l.*], 2024. **Anais** [...]. [*S. l.*], 2024, p. 198–207.

VIEIRA, Nívea; LAMOSA, Rodrigo. **Todos pela educação?** Uma década de ofensiva do capital sobre as escolas públicas. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

SOBRE A AUTORA

Maria Raquel Caetano
Possui graduação e licenciatura em Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar pela FEEVALE (1988) e Mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2002). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2013) na linha de Gestão e Políticas Educacionais. Docente na educação básica, graduação e pós-graduação lato e stricto senso. Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, atua no Campus Sapucaia do Sul, no Mestrado ProfEPT no Campus Charqueadas e no PPGCITED no campus Passo Fundo. Coordena o Observatório da EPT do IFSul e o GEPEPT/IFSul/CNPQ. Integra o grupo coordenador da pesquisa nacional Relações entre o Novo Ensino Médio e o currículo integrado: uma análise dos IFs/CNPQ.
E-mail: caetanoraquel2013@gmail.com

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 3, p. 187-210, set./dez. 2025.
Recebido em: 14/09/2025 | Aceito em: 12/11/2024